

Redondos vocábulos (I)

Público 2010.03.19 Helena Matos

Sobre o país estende-se o diáfano manto de uma linguagem psico-sociológica que tudo torna moralmente aceitável

Duas semanas a escrever sobre retornados (ainda hei-de voltar ao assunto, pois acumulam-se na minha secretária as histórias dos cooperantes, que um dia partiram para fazer o socialismo, receber um bom salário e acabaram a protagonizar histórias de desilusão e dor) e eis que constato que o país a que regresso não é o mesmo que deixei. Sobre ele estende-se o diáfano manto de uma linguagem psico-sociológica que tudo torna moralmente aceitável, desde que seja designado por um desses redondos vocábulos.

Apoio psicológico - Há alguns anos, os alunos de uma universidade portuguesa resolveram integrar nas praxes a simulação do assalto a um banco. Pressurosa, a comunicação social avisava nos dias seguintes que os ditos jovens assaltantes já contavam com apoio psicológico. Desde então, a garantia de apoio psicológico não tem faltado, seja após a queda de pontes, despiste de automóveis ou o naufrágio de embarcações de pesca. Assim, quando a segurança falha ou os serviços funcionam mal, garantem-nos não investigação e apuramento das responsabilidades mas sim psicologia, como se tudo se resumisse a uma questão de comportamentos e não de responsabilidades. Prestar apoio psicológico aos cidadãos está mesmo a tornar-se na principal vocação do Estado português: numa rua onde passo todos os dias está uma sarjeta partida há mais de quatro anos. A junta de freguesia dessa zona tem gabinetes de apoio psicológico, terapia familiar, mediação familiar, formação parental, animação cultural para combater o isolamento, apoio a vítimas de violência doméstica e *bullying*. Arranjar sarjetas é que não está na sua vocação e creio que no dia em que algum carro se enfie na dita sarjeta ou que a mesma cause uma inundação nos garantirão apoio psicológico e dirão que a sarjeta nos sujeitou a *bullying*.

Benefícios fiscais - O conceito de benefício fiscal tem de ser visto à luz da redução do cidadão a contribuinte. Aliás, os tribunais fiscais são o que de mais próximo temos hoje dos antigos tribunais plenários do Estado Novo para julgamento dos chamados crimes políticos: não se acredita que julgem com imparcialidade e, à partida, toda a gente é vista como culpada, até prova em contrário. As repartições de finanças são o único local onde as decisões não se contestam e o *stress* não existe. Sob esta perspectiva fiscal da sociedade, o que possuímos é o que sobra daquilo que o Estado não precisa. Logo, os

benefícios fiscais não são propriamente *benesses* com que o Estado nos brinda mas sim momentos em que a repartição de Finanças concede que lhes entreguemos um pouco menos. Mas, pairando sobre a cabeça de cada contribuinte, está sempre a transitoriedade dessa tolerância a que, dobrando a língua, chamamos benefício e no fim da qual é suposto estarmos muito reconhecidos.

Bullying - Os estrangeirismos têm a extraordinária vantagem de nos mostrar em primeiro lugar que o problema não é só nosso. Depois transformam aquelas coisas que, em português, são muito cruas e directas, como a violência e a indisciplina, num conceito mais do que num facto, uma coisa algures entre o pensamento negativo e o pensamento positivo.

Uma criança de doze anos sai da escola e atira-se ou cai ao rio. Imediatamente, começa a discussão sobre o *bullying*: seria agredido? Agressor? Traquinas? Triste?... E ninguém se interroga sobre como é possível que não uma mas sim várias crianças tenham saído de uma escola sem que ninguém controlasse essas saídas.

Nas escolas reais, públicas ou privadas, civis, militares, laicas ou religiosas, pode acontecer um acidente, um suicídio, uma agressão. Nas escolas dos redondos vocábulos, ninguém presta declarações sobre um aluno que saiu a meio das aulas e acabou morto nas águas de um rio. Mas amanhã os mesmos que agora se calam nessa escola, vão sentar-se em seminários sobre *bullying* organizados por direcções regionais e institutos, fazer acções nas escolas sobre *bullying* e integrar comissões preventivas de *bullying*. Os mais sortudos até se livrarão de vez de ter de dar aulas a alunos da escolaridade obrigatória e tornar-se-ão especialistas em *bullying*, ascendendo ao ensino superior, onde, por enquanto, não existe oficialmente *bullying*, ensinarão os futuros professores a lidar com o *bullying* e dir-lhes-ão para não serem preconceituosos nem terem ideias feitas sobre a disciplina que obviamente defendem que não deve ser imposta mas sim "nascer da interacção entre a criança e o meio". Entretanto, as portarias continuarão sem funcionários, os muros com palavrões escritos, os pátios sem vigilância e os funcionários ou professores que tentarem contrariar este estado de coisas a correrem o risco de serem enxovalhados pelos alunos ou respectivas famílias. E sobretudo a sua carreira registará negativamente essa incompreensão das "novas realidades articuladas com as vivências disruptivas" ou "formas de expressão não convencionais em meio escolar", como lhes lembrarão os outrora colegas que se tornaram especialistas em *bullying*.

Comissão multidisciplinar - Devíamos começar por saber que disciplinas integram as comissões multidisciplinares, e, em seguida, quem as integra, pois não há em

Portugal problema que dispense uma comissão multidisciplinar, que se propõe inevitavelmente adoptar uma visão integrada dos problemas, de modo a perspectivá-los de uma forma global. Ao certo, ninguém sabe o que isto significa mas também ninguém sabe exactamente quem constitui as comissões multidisciplinares e onde funcionam. Para o futuro, comissão multidisciplinar ficará como sinónimo de estrutura sem rosto, cujos trabalhos nunca se sabe quando acabam e que, regra geral, nunca chegam a conclusão alguma. Mas também a função principal e creio que quase exclusiva das comissões multidisciplinares não é trabalhar, mas sim, nas situações de crise, servir de guarda-chuva aos detentores dos cargos públicos e políticos.

Conhecimento informal - Aqueles dilemas morais sobre o que fazer quando uma determinada informação nos coloca problemas de legalidade ou honestidade são uma recordação do tempo em que os redondos vocábulos não eram lei. Agora o conhecimento formal *versus* o conhecimento informal permite-nos conjugar o melhor de dois mundos possíveis: tiramos vantagem do que sabemos mas não temos de assumir qualquer responsabilidade que daí advenha. O conhecedor informal não nega que conhece, simplesmente isenta-se das consequências desse conhecimento. A hipocrisia de tudo isto só é desmontada (por enquanto, mas também isso acabará) quando algo de incontornavelmente óbvio, como um cadáver, se atravanca no meio deste universo perfeito. Veja-se o caso da acta desaparecida na Escola Básica 2+3 de Fitares relatado pelo jornal *i*. Nessa acta devia constar a queixa de um professor de música sobre o comportamento dos alunos. Mas, na manhã de 9 de Fevereiro, o dito professor atirou-se ao Tejo e a pessoa que redigiu a acta omitiu o relato do colega sobre o que acontecia nas aulas. Aqueles que validaram esta acta optaram, tal como quem a escreveu, por ficar na segurança do conhecimento informal sem se comprometer com os aborrecimentos do conhecimento formal. A acta falava de visitas escolares e outras coisas aprazíveis que constituem o *corpus* do conhecimento formal. Agora, que são conhecidos os textos que o referido professor deixou sobre os vexames a que era sujeito pelos alunos, os professores exigem uma rectificação da acta, de modo a que seja incluída a queixa do professor de música. Ou seja, exigem que passe a conhecimento formal o que todos estavam fartos de saber mas que, para consolo das consciências e sedativo do dia a dia, só se conhecia informalmente. Mas agora não só a acta desapareceu como a directora do agrupamento escolar de Fitares não autoriza a sua rectificação, enquanto a escola não receber a visita do instrutor da Inspeção-Geral de Educação. Já não é apenas uma questão de conhecimento formal e informal. É sim de não reconhecimento do direito à realidade. *Ensaísta*